

Os encontros e a relação familiar: uma leitura deleuziana

Encounters and the family relationship: a deleuzian approach

Roberta Carvalho Romagnoli^{I,II}

^IUniversidade Federal de Minas Gerais

^{II}PUC-Minas

RESUMO

Esse estudo pretende rastrear o conceito de relação nas diferentes abordagens da terapia familiar, acrescentando a leitura deleuziana do conceito na obra de Espinosa. A relação familiar, seja oriunda de uma estrutura familiar inconsciente, como para a Psicanálise, seja advinda do padrão de interação do grupo, como para a Teoria Sistêmica, seja entendida como construtora de contextos recursivos, como para a Si-Cibernética, é essencial nessa prática clínica. A partir da perspectiva deleuziana, todas essas leituras teóricas desenvolvem um tratamento de interioridade, ao tentar explicar a realidade mediante os modelos propostos. Utilizando um raciocínio de exterioridade, fundamentado nas idéias de Deleuze sobre Espinosa, a relação familiar molda maneiras de expressão, conectando as partes de cada um e as partes do grupo. é no jogo das forças ativas e das forças passivas que a família se engendra, abre-se para conexões ou fecha-se para a circulação da vida.

Palavras-chave: Psicologia Clínica; Família; Terapia Familiar; Subjetividade; Esquizoanálise.

ABSTRACT

This study intends to follow the relationship concept in different approaches of the family therapy, adding the reading from Deleuze of that concept in Espinosa's work. The Psychoanalysis understands that the family relationship comes from an unconscious family structure. The Systemic theory understands it as a standard group interaction. The Si-Cybernetic understands it as a builder of recursive contexts. Independent of the theory it is essential in clinic practice. Several readings from these theories develop, as Gilles Deleuze understands, an interiority treatment, as it tries to explain the reality through the suggested models. Using a reasoning of exteriority based on Deleuze's ideas about Espinosa, the family relationship molds various types of expressions connecting the parts of each one and the parts of the group. It is in the engagement of the active forces and the passive forces that the family devises, opens to connections or closes to the circulation of life.

Keywords: Clinical Psychology; Family; Family Therapy; Subjectivity; Schizoanalysis.

"Não é fácil ser um homem livre: fugir da peste, organizar encontros, aumentar a potência de agir, afetar-se de alegria, multiplicar os afetos que exprimem ou envolvem um máximo de afirmação. Fazer do corpo uma potência que não se reduz ao organismo, fazer do pensamento uma potência que não se reduz à consciência".

Gilles Deleuze

AS ESCOLAS DE TERAPIA DE FAMÍLIA E A RELAÇÃO

Fundamentando-se nos conceitos da Cibernética e da Teoria Geral dos Sistemas, surge o atendimento clínico do núcleo familiar, na década de 50, como indicam Bloch & Rambo (1998). O trabalho com famílias, embasado no modelo sistêmico, aborda cada membro do grupo como elemento do sistema familiar. Apesar de composto por cada um dos integrantes da família, o sistema é uma totalidade que determina modos de relacionar, de organizar-se enquanto grupo em relação. Nesse raciocínio, jamais a "doença" diz respeito a apenas um membro, este é somente o paciente identificado de um arranjo familiar que não se apresenta como funcional. Nesse sentido, é a relação familiar que produz a disfunção que tem origem em alguma perturbação no sistema que ameaça sua homeostase.

Evidentemente, esse corpo teórico coloca em destaque a relação, fundamentando sua prática em um território interacional, em que não se pergunta *por que* determinado indivíduo manifesta tal atitude, mas *para que* tal conduta é sustentada, qual efeito se busca sobre cada um e sobre o sistema. Os efeitos das relações atingem a todos e são o produto final das interações efetuadas entre os membros. Sendo assim, determinado comportamento é sempre parte de uma seqüência de atos entre várias pessoas. E o sintoma, foco da prática clínica, nada mais é que a cristalização dessa seqüência, objetivando a permanência e equilíbrio relacional da família. Cabe ressaltar que manutenção e estabilização não significam sanidade, mas traduzem somente um modo peculiar de relação que permite à família sua sobrevivência, possibilitando uma saída frente a uma provável dissolução. A homeostase do grupo é essencial exigindo ações adaptativas por parte do sistema.

O conceito de relação insiste na associação entre subjetividades, formando um sistema de interação, de conexões específicas, ordenadas e hierárquicas. O mundo sistêmico capta a realidade familiar mediante trocas comunicacionais disparadas por *feedbacks*, dispostas em níveis descontínuos. A subjetividade sistêmica opera, assim, pela lógica das relações, que são não só independentes e autônomas, mas, sobretudo, dispostas em níveis organizados e subordinados uns aos outros, caracterizados por uma descontinuidade hierárquica. Essa descontinuidade de níveis se dá na comunicação, na não linearidade entre contexto e mensagem, se dá entre os subsistemas de uma família, na sua distinção de funcionamento, se dá também entre a família e os outros sistemas sociais. Nesse sentido, ordem e hierarquia são pilares de sustentação da referência sistêmica no trabalho com famílias.

Segundo Bateson (1976) para entendermos qualquer atitude humana, devemos levar em consideração a rede relacional de uma pessoa e não apenas os determinismos intrapsíquicos. Para o autor, essa rede relacional é essencialmente comunicacional. O indivíduo coloca-se no mundo através da aprendizagem, entendida como fenômeno sustentado exatamente por essa rede, que é urdida ao longo de sua vida. Vida esta que consiste em uma interminável troca de mensagens, em um jogo de regras que norteiam tanto o tipo de mensagens que esse indivíduo envia quanto o tipo de mensagens que ele recebe. Relacionando-nos, sempre absorvemos informações em um contexto de troca, informações operando em níveis de abstração, os quais se contextualizam.

Essa leitura sistêmica fundamenta-se nos sistemas em equilíbrio. No entanto, com o desenvolvimento dos Novos Paradigmas, os sistemas em não-equilíbrio tornam-se objetos de estudo e embasam novas propostas no campo da Terapia de Família. Conforme Schnitman (1996), os Novos Paradigmas dizem respeito a uma série de mudanças no pensamento científico contemporâneo, que visam a colocar em primeiro plano, o problema da complexidade. Esse movimento ressalta a recursividade, distancia-se da objetividade, e reconhece a importância do acaso e da auto-organização, privilegiando, dessa maneira, a irreversibilidade, a probabilidade e a intersubjetividade. Os sistemas em não equilíbrio possuem estrutura autopoietica, produzindo-se a si mesmos e a outros sistemas, sem se submeterem a interações instrutivas, mas a processos recursivos geridos pelo acaso e pautados nas relações que são efetuadas.

A partir dessas idéias, o território familiar torna-se resultado das experiências recursivas de seus membros em relação, como assinala Rapizo (1996). Dessa maneira, a família constrói realidades, formas e maneiras de se organizar e de se colocar no mundo, que permitem a emergência de sujeitos, crenças e sintomas. O sistema terapêutico torna-se um sistema complexo e autopoietico, e não mais homeostático. O que significa afirmar que, na prática clínica, o terapeuta constrói e é construído pela família, sendo co-construtor de uma outra realidade, na qual o sintoma não tenha existência. A família

não é mais controlada pela informação, uma vez que os sistemas complexos não respondem à instrução, mas engendram-se de acordo com suas possibilidades de autopoiese. O sintoma familiar desvincula-se da homeostase e torna-se uma maneira de construir a realidade. Todas as interações do terapeuta na sessão passam a ser concebidas como perturbações do sistema, que podem levar a flutuações. Estas, por sua vez, vão criar alternativas e rearranjos auto-produzidos pelo sistema terapêutico. Nesse novo contexto, a subjetividade passa a ser uma ferramenta de trabalho com o grupo, e a família não mais é um sistema afastado do observador, mas um ato de distinção do terapeuta.

Nessa perspectiva, a relação também é essencial para a compreensão da família, enquanto efeito de processos recursivos e complexos que atuam na construção do mundo que nos cerca. Dessa maneira, a relação é um processo ininterrupto de atribuição de significados, construindo a realidade que nos cerca. As relações que estabelecemos criam acordos, consensos e narrativas, que são partilhadas pelos membros de um grupo social. Nesse sentido, quando a família chega à terapia, ela o faz pela ineficácia de suas narrações, sendo que terapeuta de família deve ajudar a construir novas situações.

As escolas sistêmicas não são as únicas que se propõem a trabalhar com o grupo familiar. A Psicanálise também possui uma leitura da família, abordada a partir da sua dimensão inconsciente. Efetuando uma demarcação desse campo, ao estudar a conjugalidade, Magalhães (2003) diferencia na Psicanálise familiar, os teóricos das relações de objeto, os teóricos grupais e os teóricos das configurações vinculares, examinados a seguir.

Os teóricos das relações de objeto, dentre eles, Donald W. Winnicott, Luiz Meyer e Otto F. Kernberg destacam o interjogo das identificações projetivas na constituição da psicodinâmica familiar. As identificações projetivas são operações inconscientes em que parte do mundo interno inconsciente de cada membro da família é destacada, via projeção, e passa a se localizar no objeto. Em resultado disso, o sujeito fica desprovido dessa parte e experiencia o objeto como se este possuísse a parte destacada. A identificação projetiva faz parte da relação familiar e pode ser vivenciada como comunicação e empatia ou como intrusão. Meyer (2002) fundamenta-se na psicanálise kleiniana e prioriza, na família, as relações pré-edípicas, as experiências iniciais da relação mãe-bebê, responsáveis tanto pela constituição das fantasias precoces que circulam no grupo, quanto pelo desenvolvimento da familiaridade. Para o autor, o liame da relação familiar é o conceito de familiaridade, que corresponde a uma parte diferenciada e especializada do ego. Essa parte é incessantemente estimulada e ativada pela experiência de interação familiar, se expressando nos vínculos estabelecidos no grupo. Esses vínculos podem estar voltados tanto para apoiar, ajudar quanto para atacar, invadir. São as defesas criadas para enfrentar essas situações que irão modelar a interação do grupo. Dessa maneira, a relação familiar é criada a partir da subjetividade e se apresenta como uma circulação de objetos inconscientes "entre" e no "meio" dos familiares. Esses objetos são sustentados coletivamente e formam uma rede oculta de identificações projetivas.

Os teóricos grupais, influenciados pela Psicanálise de grupo, também enfocam o inconsciente compartilhado pela família, aparelho psíquico grupal que se constitui na junção dos espaços transicionais individuais. Essas idéias são defendidas por A. Ruffiot e Alberto Eiguer. Eiguer (1985) centraliza-se na interpretação dos conteúdos latentes e das produções fantasmáticas, em busca do passado recusado pelo grupo familiar. Para esse autor, a relação familiar também é sustentada pelas determinações psíquicas, por um mundo compartilhado em que se intercambiam objetos inconscientes. Os membros do referido grupo possuem ligações inconscientes que tecem uma trama vincular, em cuja base estão as fantasias originais. O vínculo atua como suporte do funcionamento grupal, indo além do funcionamento de cada membro e possuindo como modelo de identificação a relação do par parental, atravessada pela fantasia de castração que determina a diferenciação sexual e os lugares de cada um na família.

Por sua vez, os teóricos das configurações vinculares, representados por Janine Puget e Isidoro Berenstein, priorizam os vínculos que se expressam tanto no intrasubjetivo, sustentado pelo Complexo de Édipo, quanto no transubjetivo, sustentado pelo macrocontexto social e suas implicações, e, dessa forma, promovem configurações que se baseiam na trama identificatória e se estendem para o social. Berenstein (1988), ao analisar as famílias de doentes mentais, enfatiza o agrupamento familiar não como a soma dos seus membros, mas como o conjunto das relações às quais o comportamento do membro doente está vinculado. Esse agrupamento é formado pela relação entre duas famílias que se ligam por um vínculo de aliança. A relação com as famílias de origem sustenta o novo contexto fazendo parte do conjunto de regras inconscientes que governam o funcionamento familiar. Assim, os vínculos da família produzem sistemas de significação que tem a ver com o tipo de organização familiar e com a família de origem.

Partindo do mesmo fundamento, o inconsciente, mas enfocando aspectos diferentes, as escolas de Psicanálise familiar percebem o sintoma familiar não só como a emergência do primitivo, mas, sobretudo como a fixação na regressão psíquica, responsável pela repetição grupal e pela persistência de psicopatologias entre gerações. Essas tendências regressivas, quando patológicas, retratam uma fixação

nos fantasmas arcaicos e não deixam nítidas as fronteiras dos psiquismos que integram a família. Nesse sentido, a relação é fundamental, pois é ela que ativa ou não, mobiliza ou não a manifestação e a conservação das vivências primárias não elaboradas.

Por outro lado, também destacando a dimensão inconsciente, a Psicanálise lacaniana, privilegia o Complexo de Édipo com base em suas funções. Na estrutura triádica, a função materna opera para narcisizar, para instaurar o falo e o imaginário, enquanto a função paterna, opera para substituir uma dominância imaginária por um efeito da função simbólica. Nesse contexto, o homem necessita de um outro para tornar-se sujeito. É através desse outro que o sujeito inscreve-se na ordem da cultura tendo que se haver com normas e valores para viver em sociedade, abrindo assim, mão de sua origem animal, de seus instintos. A tensão entre as exigências da pulsão e as exigências sociais gera um mal-estar permanente. Para fugir desse mal-estar, o homem cria laços sociais, condição de sua sobrevivência. É no processo dialético de alienar-se no outro e dele se separar que a subjetividade emerge. Esse movimento de alienação e de separação é reeditado nas relações familiares.

A família compõe um interjogo de fantasias no qual um sujeito causa algo, toca e "encarna" a fantasia do outro. Dessa forma, as fantasias se articulam aprisionando os sujeitos, que, por muitas vezes, vêem-se impossibilitados de encontrar outras saídas. A demanda é que a família e o casal funcionem como um lugar harmônico, mas é a partir de sua insuficiência que o sujeito pode emergir, reconhecendo suas próprias insuficiências e criando uma nova posição. O objeto de estudo e de intervenção dessa corrente é privilegiadamente o sujeito em sua singularidade, e não em relação, e, assim, a clínica com famílias foi, de certa forma, desvalorizada. Contudo, Meira *et al* (2003) fazem uma proposta de atendimento familiar nessa perspectiva. Mesmo sendo a demanda de análise uma demanda em torno da criança ou da "relação", esta deve ser trabalhada para que venha a se desfazer e daí emergirem processos psíquicos individualizantes. Para as autoras, o trabalho psicanalítico familiar necessita efetuar um deslocamento da queixa da relação para a subjetividade de cada um. A relação familiar é relegada a um segundo plano, sendo a ênfase colocada no sujeito e na sua implicação perante o discurso familiar. A relação é somente um dispositivo que ativa a demanda, que deve ser desmontada, ao longo do trabalho analítico, para que o psiquismo de cada membro possa aflorar, e cada um buscar sua própria análise.

Sem dúvida, a relação familiar seja advinda do padrão de interação do grupo, seja entendida como construtora de contextos recursivos, seja sustentada por vínculos inconscientes, é ferramenta de trabalho na prática clínica com famílias. Partindo das idéias de Gilles Deleuze podemos afirmar que todos os conceitos de relação examinados possuem uma abordagem de interioridade, ou seja, buscam explicações para a problemática familiar a partir de modelos sistematizados e coerentes, através da rede conceitual produzida pela própria teoria. Abordagem que forma um território, que "(...) *decerto implica o espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico. O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um o campo familiar e do vinculante, marca distâncias em relação a outrem e protege do caos*" (Zourabichvili, 2004: 46).

Nesse sentido, os terapeutas, com base em seus territórios já estabelecidos, vinculam a relação familiar a operadores comunicacionais, ou inconscientes. Driblando essa familiaridade, conquistada por formações sérias e rigorosas, propomos uma abertura para a exterioridade, para a busca de conexões e agenciamentos que abrem o grupo para os encontros e seus efeitos. Essa proposta nos permite fazer migrar o campo de compreensão da relação familiar para o que ocorre com a família quando ela é afetada pelas forças que vem de "fora". Ligar-se demasiadamente a um modelo teórico ou a uma rede conceitual traz consigo o risco de marcar territorialidades fixas que favoreçam o terapeuta, e nem sempre as famílias atendidas. Ao contrário, ousar pensar a família com base nos encontros que se efetuem e geram ou não transformações possibilita ao terapeuta uma desterritorialização, um nomadismo, uma disponibilidade para algo que pode vir a ser.

A RELAÇÃO FAMILIAR SOB A ÓTICA DOS ENCONTROS

Na nossa prática com famílias, constatamos que o grupo possui um plano de composição plural e multifacetado, que sustenta tanto movimentos e estagnações, quanto forças ativas e reativas, que se exercem não só dentro da família, mas também nas redes sociais. Forças que o grupo acolhe, envia, produz e que o produzem, e nas quais não devemos considerar somente suas dimensões interiores, mas, sobretudo, a maneira pela qual o grupo é determinado e se diferencia através delas. Forças que nos fazem pensar de que conexões a família é capaz. Para abordá-las utilizamos as idéias de Deleuze (2002) sobre Espinosa, o filósofo do século XVII, que insistia na afirmação, na potência que existe inerente à vida. Essa potência é a capacidade da nossa essência, que muitas das vezes desconhecemos, e que afirma o que pulsa em cada um de nós. Potência imanente, que existe na subjetividade e é dela inseparável.

Movidos pela potência e pela imanência, os corpos encontram-se em relação permanente, produzindo encontros. Esses encontros afetam, permitem a circulação de intensidades, promovem deslocamentos na família. Nesse raciocínio, a relação é levada ao extremo, compondo modos de existência e transformações. Investigando como se dão os encontros, percebemos que tudo o que existe possui partes extensivas e partes intensivas, que variam de maneiras infinitas. Essas partes integram nossa existência e são concebidas nas relações que estabelecemos, desfrutando de dimensões distintas, diferenciando-se entre si. As partes extensivas possuem um determinismo exterior, que não pertence a ninguém e que atua ligando partes externas que agem entre si. Essas partes externas constituem meu modo existente e estão reunidas em uma relação peculiar através da qual esse conjunto se expressa provisoriamente. Já na parte intensiva aflora o grau de potência intrínseco, sobre a qual não se tem nenhum domínio e que constitui a essência. Essas partes se compõem ou se decompõem nos encontros que são realizados.

Dessa maneira, a individualidade é composta pelas seguintes dimensões: partes extensivas, relações e graus de potência que sofrem constantes variações intensivas. Somos, conjuntamente, poder de afetar e poder de ser afetado, igualdade e singularidade, velocidade e lentidão, momento e eternidade, dispostos em um plano de imanência detentor de uma dinâmica transitiva e produtiva, onde as forças e as intensidades se relacionam. Imanência que liga todos os elementos, e que é condição para que os encontros se componham. De acordo com Orlandi (2000) a imanência se contrapõe à transcendência e implica em uma dimensão de coexistência e heterogeneidade, sem que haja sobredeterminação e tampouco hierarquia entre os elementos, constituindo o plano em que as linhas de ação da diferença se afirmam.

As partes extensivas pertencem à individualidade, sendo determinadas de "fora", articulando-se em modos de viver, em maneiras de existir. Assim, todos os corpos estão em extensão, sendo determinados pelo que acontece, possuindo causas exteriores que os mantêm em uma disposição peculiar, até que outras causas apareçam e os coloquem em outros arranjos relacionais. É importante salientar que essas partes são inseparáveis dos efeitos que provocam umas nas outras. Elas dizem respeito a mim, combinando-se entre si, quando efetuam certas relações que me caracterizam, me tornam de determinado jeito, me fazem agir de uma maneira e não de outra. Essas partes eu as tenho provisoriamente, em duração, e fazem parte da minha existência. Cada modo que estabeleço relacionamente dura enquanto as partes permanecem em uma relação específica, dura enquanto está em relação com um certo tempo e um certo lugar.

Essa dimensão da individualidade é explicada pela influência dos outros corpos, dos *feedbacks*, das interações, da recursividade, dos vínculos familiares inconscientes, dos lugares e das funções da estrutura edípica. Nessa proposta, as teorias rastreadas nesse estudo se localizam nessa dimensão, que corresponde ao efeito de um outro corpo sobre o nosso, de um membro da família sobre outro, efeitos interacionais ou psíquicos, dependendo da opção teórica. Cada membro provoca efeitos sobre os outros membros e sobre a família, sofrendo também os efeitos dessa relação com os outros membros e com o grupo. Essa dimensão, como foi dito acima, é sustentada pela duração e pela oposição, correspondendo às partes que possumo temporariamente, arranjadas sob a égide do tempo, coligadas em uma maquinação específica.

Para os sistêmicos, o extensivo surge na família em seu sistema de interação, revelando o modo como o grupo se apresenta para si mesmo, recursivamente ou não, mediante suas tramas relacionais. Ou pode ainda surgir na família através das fantasias e das representações psíquicas que o grupo sustenta, a partir de suas tramas inconscientes, como para a Psicanálise. Essas partes extensivas também integram o terapeuta e aparecem no espaço terapêutico, no esforço para compreender o modo de interação de cada família e o jogo relacional que o define, seja para abordá-la como padrão de comunicação, como processo recursivo, ou como vínculo inconsciente.

Esse modo de interação, tanto na família como na ligação do terapeuta com o grupo, explica-se por outra coisa que não sua potência, sua matéria intensiva, provindo dos atritos dos corpos no cotidiano, que se influenciam uns aos outros. Cada família circula em um modo particular e único de emocionar-se, criando uma "cultura" própria, que passa por segmentaridades, rotinas, ritos, horários, códigos, lugares e papéis distintos para cada membro. Presenciamos, nessa dimensão, a relação alinhavando o estar-junto, as maneiras de brigar, de encarar dificuldades, de lidar com as frustrações, de enfrentar o mundo e os outros. Notamos a relação construindo uma sintaxe própria para conviver, através de regras, conscientes ou não, partilhadas pelo grupo que definem aquele tipo de associação. Percebemos ainda o terapeuta tentando dar conta disso, tentando criar, com suas intervenções bem fundamentadas, uma outra relação, uma outra implicação, uma outra maneira de existir e de ficar junto.

Observamos, em casos que chegam ao consultório, causas que colocam forças em relação de decomposição. Famílias que efetuam encontros que as distanciam de sua intensidade, de sua potência - enfim, de sua essência. Famílias em que a matéria intensiva singular é amortecida pelo desespero e pelo

sofrimento, em uma conjunção de elementos em que há um bloqueio das outras dimensões da subjetividade. Bloqueio de saídas, de sensações, paralisações com perda da capacidade de arriscar, relegando a relação com o mundo e com os outros a um torpor, a um envenenamento.

Habitar o mundo como potência de existir e de produzir só é possível mediante a indagação a respeito das interações dos corpos, das relações que são firmadas. Quando dois corpos se encontram, há o estabelecimento de uma relação, que pode ter efeitos variáveis. Esse encontro pode tanto ser compatível e compor um todo mais potente, constituindo uma nova relação, quanto pode se decompor, despotencializando e alterando a coesão das nossas partes, intoxicando-nos. Quando um corpo convém ao meu, sua potência se acrescenta à minha, ampliando, assim, minha potência de agir, permitindo que a vida se exerça em sua essência, que essa se expresse em uma relação nova e mais intensa. Porém, quando um corpo é inconveniente ao meu, exatamente porque sua potência se opõe à minha, o encontro com ele faz com que aflore a minha potência de padecer, de sofrer, que me separa da vida. Fica claro, portanto, que nossa individualidade é definida pelo aglomerado de relações que estabelecemos, uma vez que existimos em nossos encontros e em nossos agenciamentos, responsáveis por essa composição ou decomposição.

Dessa maneira, a conectividade e o afetamento constituem a dimensão da relação e demarcam exterioridades que se ligam à minha essência, à capacidade de experimentar, ganhando força ou não nas relações. Nem idéia, nem indivíduo, nem corpo. Nem pai, nem mãe, nem filho, nem irmão, mas meio, "entre" relacional. Não somos de modo algum separáveis das relações que estabelecemos, uma vez que as mesmas estão no meio das condições que nos fazem sujeito, nos tornam membros de uma família, de um círculo de amigos, de um grupo de trabalho e, por um lado, dão constância e homogeneidade a um modo existente. Todavia, as relações nos possibilitam ainda passar de uma realidade a outra, deslizar entre planos diversos, convocando sensações e modificando-nos. A relação, mesmo sendo eterna, atua como conexão que submete pedaços de vários eus a uma existência passageira. Existência passageira, porque o arranjo se efetua ali, naquele instante, de uma maneira específica e com certa duração. Essência eterna porque sempre há uma composição de relação, variável nos encontros, mas permanente na capacidade de associar, de manter partes agrupadas, de ligar-se à vida: potência plena e invariável. Relação formada por partes extensivas e partes intensivas e que não pode ser separada nem de um movimento e de um repouso, nem de um poder de ser afetado.

Em sua faceta intensiva, as relações expressam um grau de potência que constitui a essência singular, outra dimensão da individualidade. As partes que sou, irredutíveis às partes que tenho. A experimentação da eternidade origina-se exatamente da experimentação desse intensivo, que coexiste com as partes extensivas e delas se diferencia. Sentimos e experimentamos que somos eternos na nossa potência intrínseca. Potência que é produção e sensibilidade e varia nos encontros, nas relações das quais fazemos parte. Todos nós somos puro grau de potência, potência infinita de existir, articulada em distintos modos de viver e de se colocar no mundo. Nossa igualdade e nossa singularidade? a essência oscilando, movediça e volúvel, em quantidades intensivas maiores ou menores, a cada instante, de uma infinidade de maneiras.

Somos antes de tudo força virtual que se atualiza em acontecimentos, que se efetua nos agenciamentos, que expressam graus de potência, correspondendo ao nosso poder de ser afetado, à nossa sensibilidade, que nada é a não ser mediante nossas relações. Não nos esgotamos em nossa atualidade, pois possuímos complexidades, virtualidades que não são apreendidas pelo uso empírico dos sentidos, e que se encarnam, se diferenciam nos encontros que estabelecemos.

Esse poder de ser afetado é preenchido por afecções, que implicam o contato com algo que nos afeta, de forma passiva ou de forma ativa. Vale lembrar que a idéia de afecção traz sempre consigo a idéia de efeito. Dessa forma, as afecções designam as modificações dos modos mediante os efeitos de um modo sobre o outro e podem ser tanto uma ação quanto uma paixão, dependendo de ser a causa interna ou externa: "(...) devemos distinguir duas espécies de afecção: as 'ações', que se explicam pela natureza do indivíduo afetado e derivam de sua essência; as 'paixões', que se explicam por outra coisa e derivam do exterior." (Deleuze, 2002: 33). A paixão não é explicada pela natureza do indivíduo, mas pela influência de outros corpos sobre o nosso. Nesse tipo de afecção, a individualidade somente responde a influências externas, não deixando sua potência vibrar. A ação, sim, é explicada pela natureza, pelo nosso grau de potência; é com ela que a individualidade potencializa sua essência.

Portanto, é necessário salientar a ambigüidade de princípios que regem o poder de ser afetado. Como vimos acima, esse poder não é somente um princípio de ação, mas é também um princípio de paixão: parte intensiva e parte extensiva, respectivamente. Poder de agir, em um modo corajoso e ativo de existir, dando passagem aos devires, aos movimentos da existência, criando uma relação inédita e vibrante; poder de sofrer, em um modo passivo de existir, vencido pelo incômodo e pela imprevisibilidade da vida. Poder preenchido pelo ativo, pela expressão da relação - ação. Poder preenchido pela ação dos modos exteriores, pela influência dos corpos - paixão. Logo, nosso poder de

ser afetado corresponde à aptidão que nós temos, tanto para agir como para sofrer. Enquanto relação sob a qual uma infinidade de partes extensivas me pertence e me distingue, ele é preenchido pela ação dos modos exteriores, de maneira mutável. Enquanto relação que propicia encontros e constitui-nesses encontros, ele é preenchido pela própria ação da essência, de maneira eterna.

A relação gerindo a vida: quando nos atravessa, viramos potência e nos tornamos ativos; quando nos intoxica, ficamos passionais, chafurdando em nossas paixões. Nesse sentido, podemos afirmar que a intensidade da vida desloca-se no eixo paixão-ação. Antes do pensamento e do corpo está a potência, cuja expressão ocupa sempre esses dois espaços. A potência é a capacidade de entrar em relação, em devir. Sua expansão, bem como sua decomposição, de acordo com Deleuze (2001), é sempre fruto de um encontro, o encontro dos corpos, em sua compatibilidade ou não, em suas conexões, em seus conflitos, em seus atritos. Nenhuma potência se afirma ou míngua a não ser pelo contato e pela conexão com outro corpo, daí a importância do poder de ser afetado, da sensibilidade no encontro, na relação. Debilitar-se é tornar-se potência impotente, separando o corpo e o pensamento do que eles podem. Quando somos molestados pelas forças que não controlamos, ou que não esperamos, bloqueamos as passagens das mesmas, em um esforço vão de interromper os movimentos dos quais fazemos parte. Essa separação se dá em uma confusão que distancia o ato de sua potência. Por outro lado, a potência potente é uma potência em ato. Quando somos tocados por forças que nos associam de maneira potente e nos vitalizam, afirmamos a relação enquanto relação e não a relação gerida por regras e estabilizações. Nesse momento, agimos e expressamos a potência da vida.

O modo como as paixões e as ações se encadeiam em nossa individualidade e - para retornar a nosso campo de estudo - nas famílias, revela como adoecemos e como nos tornamos saudáveis, ativos. Jogo de forças passivas e de forças ativas, que engendram universos distintos. Uma possibilidade de se posicionar frente a esse jogo: agrupar-se como um coletivo especializado em hierarquizar, culpar, comparar, frisando sempre a oposição de seus membros, bem como a busca assídua de quem está com a razão, em uma perseguição constante de verdades transcendentais. Gastar toda a existência nessa labuta sem fim. Lutar para ser dono das partes extensivas, submetendo-as a uma relação preestabelecida que corresponda ao papel de ser pai, ser mãe, ser filho, ser irmão. Classificar constantemente os membros e o grupo: melhor, pior, mais forte, mais fraco, mais bonito, mais feio, bom, ruim. Sofrer por sofrer, sem ir a lugar nenhum. Esses arranjos aparecem frequentemente em nosso trabalho com famílias. De acordo com Romagnoli (2004), essa postura favorece o aparecimento do sintoma familiar, que pode ser entendido como resultado dessa confrontação, insistindo em uma identidade grupal calcada na comparação e na desqualificação. Com a potência de experimentação debilitada, a família gira em torno de si mesma, procurando sair incólume do encontro com os novos universos que a afetam. A circulação da vida vê-se, nesse momento, circunscrita em uma ilha de interações reprodutivas e sintomáticas; contida em uma atividade redundante que se exprime em dor e sofrimento no território familiar.

Outra possibilidade: ser família em relação, existindo no que está por vir. Grupo em realização seguindo seu curso irreversível, mediante conexões produtivas e desejantes. Constituir-se como família na expressão da potência que nos pertence, na nossa essência, na complexidade do que se apresenta, no permanente experimentar. Conjuguar elementos através dos quais as forças passam sem se enclausurarem em um indivíduo ou em um grupo. Permitir que a vida pulse, na delícia de experimentar a eternidade e na dor de ser finito. Deixar ser e deixar passar fluxos transversais que se ligam rizomaticamente a outros fluxos. Ser família pelo que se é, afirmando-se ontologicamente na positividade, em vez de constituir-se pelo que falta, em uma busca perene de esquivar-se da imperfeição e dos erros. Estimular nossa igualdade absoluta, por sermos todos matéria intensiva, transbordando em potência, afetando-nos e aos outros, mas ao mesmo tempo mantendo nossas singularidades, nossas diferenças intensivas que variam a cada instante, em nós mesmos e nos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas idéias, podemos pensar: qual movimento está em determinada relação familiar? Qual composição? Qual decomposição? Que modo de existência está ali? E sua parte intensiva? Atormentadas pelos relacionamentos de dentro e de fora, as famílias cristalizam modos de vida que passam pela potência de sofrer, imaginando e experimentando sentimentos passivos. Mero reagente, o grupo enreda-se em sua novela cotidiana, decompondo-se sem conseguir aumentar sua potência, expandir a vida. Enclausura-se em modos existentes dos quais extrai mágoas e acusações, modelando os devires em figuras estanques, conservando cicatrizes profundas e feridas abertas, preenchendo o poder de ser afetado com tristezas e culpas. Dessa maneira, as famílias vão organizando e encadeando imagens e paixões que conduzem à captura de seus fluxos em modelos transcendentais que se orientam contra a vida.

A forma como a família se apresenta para nós, no espaço terapêutico, implica, quase sempre, uma desaceleração do movimento da vida, em uma imersão na potência de sofrer. Com certeza, o modo existente de cada arranjo familiar específico é afetado por um grande número de maneiras, e devemos nos perguntar como o terapeuta vai participar desse afetamento. O grupo sempre traz questões auto-referentes permeadas por dores e acusações, das quais já tentaram de todas as maneiras se desvencilhar. Dentro dessa leitura, insistimos, com base nas idéias deleuzianas, que a chegada da família à terapia, usualmente com graves questões, pode ser entendida como uma clausura no extensivo, um distanciamento do intensivo.

Além disso, podemos refletir também acerca da inserção do profissional nesse contexto. O terapeuta sempre corre o seguinte risco: fazer do seu trabalho somente um preenchimento de afecções passivas determinadas por influências externas. E nossa essência? Nosso grau de potência? A saída para o grupo está em tornar-se ativo: não somente sentir a existência da família quando sofremos, mas sentir a existência da família também na sua parte intensiva. Nossa natureza é dotada de potência. A terapia deve se prestar a um trabalho de cartografia, uma vez que o agenciamento coletivo e revolucionário, que conduz a criações, não é nem sistêmico nem psicanalítico, engendrando-se, sim, em um plano de imanência.

Onde estaria a ordenada intensiva e caótica que persegue sempre o novo? Como, durante o processo, não ficar preso somente à teoria que nos serve de referencial teórico? Como não endurecer, vendo só a relação característica, permanecendo apenas nas partes extensivas? Como fazer a relação ir para o intensivo? Porque, se essa intensidade irrompesse, talvez a família não precisasse criar um sintoma, não precisasse sedimentar territórios e crenças. Tudo isso nos leva a pensar nos afetos de que uma família é capaz. Sem dúvida alguma, o terapeuta não pode prever isso, a não ser que acompanhe a família ao longo do processo terapêutico e tenha sensibilidade para tal. Essa descoberta faz parte da trajetória clínica, tecida nas relações e nos encontros propiciados pelas sessões. E nessa trajetória, a nosso ver, o terapeuta deve sempre arriscar uma composição com a família e não uma decomposição. Deve ser, inicialmente, uma "causa exterior" que preencha o poder de ser afetado pela família e a partir desses efeitos e dessa relação, deixar os corpos se descobrirem, as essências se expressarem, consentindo que a potência de agir varie com o que vem "de fora". Nesse sentido, a clínica deve fazer vibrar, ultrapassar as partes extensivas, dar licença para que a energia vital volte a circular.

REFERÊNCIAS

- BATESON, G. (1976) *Pasos hacia una ecologia de la mente*. Buenos Aires: Carlos Lohlé.
- BERENSTEIN, I. (1988) *Família e doença mental*. São Paulo: Escuta.
- BLOCH, D. A. & RAMBO, A. (1998) O início da terapia familiar: temas e pessoas. In: ELKAIM, M. (Org.). *Panorama das terapias familiares*. São Paulo: Summus.
- DELEUZE, G. (1981) *Curso sobre Spinoza*. Disponível em: <<http://imaginet.fr/deleuze/TXT/ESP/170381.html>> Consulta efetuada em 2001.
- DELEUZE, G. (2002) *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- EIGUER, A. (1985) *Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MAGALHÃES, A. S. (2003) Transmutando a individualidade em conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola.
- MEIRA, Y. M. et al. (2003) *O porão da família: ensaios de Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- MEYER, L. (2002) *Família, dinâmica e terapia: uma abordagem psicanalítica*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- ORLANDI, L. B. L. (2000) Linhas de ação da diferenças. In: ALLIEZ, E. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed 34.
- RAPIZO, R. (1996) *Terapia sistêmica de família: da instrução à construção*. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- ROMAGNOLI, R. C. (2004) O sintoma da família: excesso, sofrimento e defesa. *Interações IX (18)*: 41-60.
- SCHNITMAN, D. F. (1996). Introdução: ciência, cultura e subjetividade. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.) *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ZOURABICHVILI, F. (2004). *O vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

[Endereço para correspondência](#)

E-mail: robertaroma@uol.com.br

Recebido em: 12/10/05

Revisado em: 18/11/05

Aprovado em: 21/11/05